



# CONTRA-CORRENTE

A análise da conjuntura econômica na visão e linguagem do sindicalismo classista e dos movimentos sociais

Boletim mensal de conjuntura econômica do ILAESE

Ano 06, Nº 66 - Maio de 2016

## O pacto social nos Governos PT e as consequências sobre a Reforma Agrária

*Em um país onde a Agricultura tem um peso tão grande na economia, entender a questão agrária é entender grande parte da luta de classes  
por Coulberty Antonino Fagnoli e Natália Lídia Garcia de Carvalho*

A questão Agrária é fundamental para entender a complexidade da luta de classes, ainda mais no Brasil onde a produção agropecuária é parte importante da economia. Para se ter uma ideia, de acordo com o balanço realizado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a participação da agropecuária no PIB passou de 21,4% em 2014. No cálculo do PIB de 2015, se constatou que a agro-

pecuária foi o único setor da economia que obteve crescimento em relação ao ano anterior, com 1,8% a mais.

Em 2003 se dá o início de uma nova forma de gerir o capital, com a chegada do PT à presidência da República, um partido formado junto dos movimentos sociais e sindicatos do campo e cidade, sendo esperado, portanto, uma postura diferente da política adotada pelos governos anteriores. Logo foi

grande a expectativa que os governos do PT criaram sobre as organizações sociais do campo e o conjunto das populações rurais no que se refere à realização da reforma agrária, ao combate a violência no campo, e a aplicação de políticas voltadas para o campesinato.

Para entender este problema, o Boletim Contra-Corrente deste mês discutirá os dados de assentamentos e a política do por hora terminado governo Dilma.

# Governo Lula: O medo engole a esperança

*O que explica essa onda de assentados nos governos Neoliberais não é o compromisso com a Reforma Agrária, e sim o avanço das organizações do campo dos movimentos sociais*

Somado os sete anos dos governos Sarney, Collor e Itamar foram assentados 97.147 famílias, com uma média de 13.878 famílias assentadas por ano. No primeiro mandato de FHC a quantidade de famílias assentadas foi de 300.654, sendo superior ao número de famílias assentadas do que o número de famílias mobilizadas em ocupações de terras. No segundo mandato as ocupações continuaram a crescer em números de famílias mobilizadas, em contrapartida o governo colocou o pé no freio e assentou 163.348 famílias em 1.965 assentamentos<sup>1</sup>. Sendo assim, FHC assentou um total de aproximadamente 464.000 famílias.

O que explica essa onda de assentados nos governos Neoliberais não é o compromisso com a Reforma Agrária, e sim o avanço das organizações do campo dos movimentos sociais, em especial do MST que

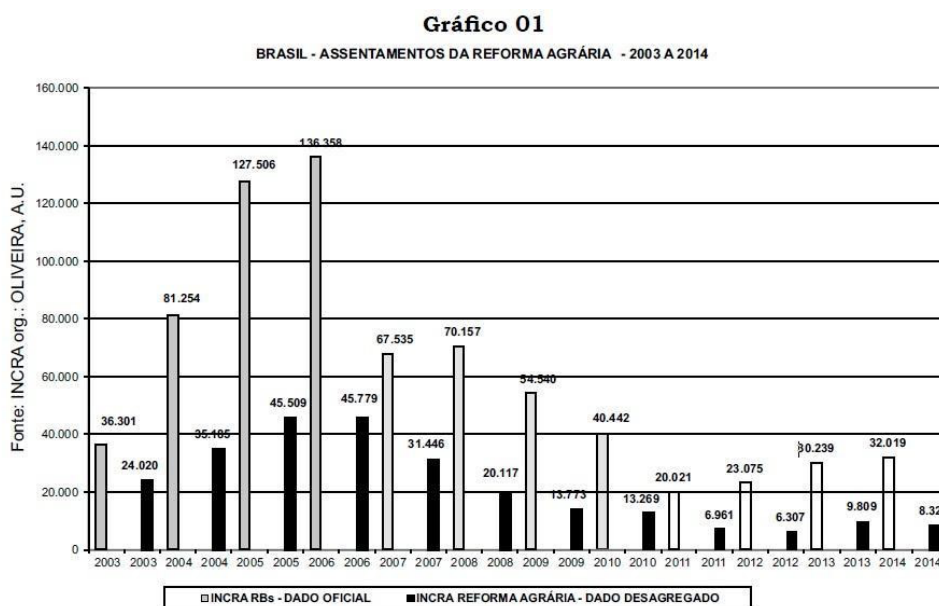
mesmo sofrendo duros ataques como em Eldorado dos Carajás (PA) em 1996 o movimento se fez cada vez mais combativo e amplo no território nacional.

Com a eleição de Lula e o início de seu governo em 2003 as ocupações retomam com força total. Atingindo nos quatro anos 2.307 ocupações<sup>2</sup>. Havia uma expectativa por parte dos movimentos sociais e das famílias camponesas de que a Reforma Agrária sairia do papel com “uma canetada só”.

Os dados mostram que no primeiro mandato foram assentados 150 mil famílias e no segundo mandato 65 mil famílias<sup>3</sup>. Vale ressaltar que nos dados do INCRA pode-se ver um malabarismo numérico, onde se juntam os dados dos novos assentamentos com a regularização fundiária (papéis-títulos de proprietários que já possuem a terra), reassentamentos e outros.

Na elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, a meta era assentar um

milhão de famílias no primeiro mandato. Posteriormente foram reduzidas a 400 mil famílias. Mesmo com os dados deturpados do INCRA a meta não foi alcançada, tendo os dois mandatos de Lula assentado 463 mil famílias, o dobro de tempo para alcançar basicamente o mesmo valor da meta reajustada. Se analisarmos os dados sem a mágica do INCRA, os números são mais alarmantes, tendo alcançado em dois mandatos apenas 215 mil famílias. ●



<sup>1</sup> MIDITIERO JUNIOR, Marco Antonio; GARCIA, Maria Franco; VIANA, Pedro Costa Guedes (org). A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas, e conflitos territoriais. São Paulo: outras expressões, 2015; p. 170

<sup>2</sup> idem; p. 171

<sup>3</sup> Conflitos no Campo – Brasil 2015 [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade - Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2015. p. 28 e 29

# PT e a continuidade da política de incentivo ao Agronegócio

*O Agronegócio sai de patamares de R\$6 bilhões investidos por ano nos governos neoliberais e no governo Lula atinge os R\$18 bilhões anuais*

O governo Lula foi também responsável pela aprovação dos transgênicos, fortalecendo a política de destruição da segurança e soberania alimentar. O caso do milho é exemplo, sendo 82% das lavouras desse grão transgênicas.

O Agronegócio sai de patamares de R\$6 bilhões investidos por ano nos governos neoliberais e no governo Lula atinge os R\$18 bilhões anuais, totalizando R\$136,8 bilhões em dois mandatos<sup>4</sup>.

Em relação aos agrotóxicos o governo de Lula não ficou por menos, com média de crescimento do uso no mundo de 90%, o Brasil alcançou 190% entre 2000 e 2010 (AN-VISA, 2012); com 2.400 tipos diferentes de produtos, gerando 7,3 bilhões de dólares. Lucro garantido para as Multinacionais e um alarmante dado para a saúde da população e ambiente. O Brasil foi bicampeão mundial em 2008 e 2009 no consumo de agrotóxico<sup>5</sup>.

A política de incenti-

vo ao agronegócio incide diretamente na concentração de terras. Segundo Oliveira (2015), no que se refere à concentração de terra o latifúndio obteve fator de crescimento nos mandatos petistas:

*“No final do primeiro mandato de Dilma Rousseff, o crescimento das grandes propriedades de particulares entre 2010/2014 foi de 5,8 milhões de hectares, quando alcançou a área de 244,7 milhões, segundo as Estatísticas Cadastrais de 2014. Dessa forma, nos dois mandatos de Lula os latifúndios privados que já haviam aumentado 62,8% somou-se mais 2,5%, totalizando 65,3%, ou, mais 97,9 milhões de hectares para as grandes propriedades”.* (OLIVEIRA, 2015)

No segundo mandato de FHC foi implementada a atual Medida Provisória 2.183/56, que impede a propriedade rural ocupada de ser visoriada ou desapropriada nos dois anos seguintes à sua desocupação e ex-

clui do Programa de Reforma Agrária Federal o participante de conflito fundiário. Era esperado que no governo petista a “MP da Desapropriação” fosse revogada, mas a mesma segue em vigor e traz grandes prejuízos às ações dos movimentos sociais.

A MP 458, mais conhecida como “MP da

Grilagem”, editada no Governo Lula, regularizou 400 mil propriedades na Amazônia com até 1.500 hectares, correspondente a 67,4 milhões de hectares de terras públicas, avaliadas em R\$ 70 bilhões. Carimbando com o selo federal a grilagem de terras da União, favorecendo um grande balcão de negócios.●



<sup>4</sup> MARQUES, Gilberto de Sousa; MARQUES, Indira Rocha. Luta Camponesa e Reforma Agrária no Brasil. São Paulo: Sundermann, 2015. p 56.

<sup>5</sup> Fonte dos dados: Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida <<http://www.contraosagrototoxicos.org/index.php/noticias/campanha/177-o-brasil-envenenado-alimentos-para-a-vida-ou-para-a-morte>>

# Dilma e o fortalecimento da aliança com o latifúndio

*Em termos numéricos Dilma diz ter assentado 105 mil famílias, número que cai para só 31 mil quando desagregado os dados do INCRA*

**A**guinada, do governo Dilma, rumo a uma “aliança total” com o Agronegócio é algo espantoso, até para o mais otimista. Segundo Gilmar Mouro, líder nacional do MST: “O governo Dilma, em termos de reforma agrária, não fez nada.”<sup>6</sup>

Em termos numéricos Dilma diz ter assentado 105 mil famílias, número que cai para só 31 mil quando desagregado os dados do INCRA. Tendo assentado em 2015 a ridícula marca de 13 mil famílias, número que os movimentos sociais alegam ser menor, cerca de 7 mil. Se juntarmos o um ano e quatro meses do segundo mandato de Dilma não é exagero dizer que esse foi um “período zero” em termos de Reforma Agrária.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário

(MDA) sofreu um corte de 49% do montante que previa inicialmente a Lei Orçamentária Anual de 2015. O INCRA, que possuía um orçamento inicial da ordem de R\$ 1,65 bilhão, atuou em 2015 com metade deste valor, R\$ 874,37 milhões.

Em 2015 o MAPA foi passado a Kátia Abreu, ganhadora do prêmio “Motosserra de Ouro” em 2010. Como tragédia grega a mesma caminhou com Dilma até o fim na profunda atual crise política. Atualmente Kátia Abreu foi substituída para o governo Temer por Blairo Maggi, o “rei da soja”, que chega ao Ministério acelerando o modelo iniciado por sua antecessora.

O papel de ambos à frente do MAPA é motivo de orgulho e expectativa pelas entidades do Agronegócio, como demonstra Alvarenga,

atual presidente da CNA: “*dará* (Blairo Maggi) *continuidade ao bom trabalho que foi iniciado pela ex-ministra Kátia Abreu, em sua curta gestão no ministério*”.

## O fim da Reforma Agrária sob o PT

No Brasil o que vem ocorrendo se trata de uma Contra Reforma Agrária e uma acelerada mercantilização de terras públicas, com a política contínua de desapropriação e regularização fundiária respondendo a dinâmica da luta de classes, entre camponeses e grileiros.

A essa dinâmica contínua que funciona como uma válvula de escape das pressões sociais e do mercado, se dá uma resposta diferente a cada determinado ponto específico da correlação de forças. O que unifica PT e PSDB é que ambos aplicaram uma

política econômica que é exatamente o ajuste dos interesses do FMI, FAO, ou seja, a manutenção dos interesses do Imperialismo.

Portanto, o Agronegócio é a opção consciente destes governos para o desenvolvimento das forças produtivas no campo, da estruturação de Agroecossistemas baseados em latifúndios de alta intensificação tecnológica, alta produtividade, centrado em culturas para a exportação e negociáveis nas bolsas de valores, onde cada vez mais as transnacionais se tornam os donos dos mesmos.

Sistema este que causa alta carga de contaminação e degradação ambiental; intensa concentração de renda e terras; perda da soberania alimentar e soterra a possibilidade de Reforma Agrária. ●

## EXPEDIENTE

**Contra-corrente** é uma publicação mensal elaborada pelo ILAESE para os sindicatos, oposições sindicais e movimentos sociais. **Coordenação Nacional do ILAESE:** Antonio Fernandes Neto, Arthur Gibson, Bernardo Lima, Daniel Kraucher, Daniel Romero, Eric Gil Dantas, Érika Andreassy, Fred Bruno Tomaz, Guilherme Fonseca, José Pereira Sobrinho, Juary Chagas, Nando Poeta e Nazareno Godeiro. **Contato:** Praça Padre Manuel da Nóbrega, 16 - 4º andar. Sé - São Paulo-SP. CEP: 01015-000 - (44) 9866-4719 - (11) 7552-0659 - [ilaese@ilaese.org.br](mailto:ilaese@ilaese.org.br) - [www.ilaese.org.br](http://www.ilaese.org.br). CNPJ 05.844.658/0001-01. **Diagramação:** Phill Natal. **Editor responsável:** Eric Gil Dantas.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/201co-governo-dilma-nao-fez-nada-em-termos-de-reforma-agraria201d-6758.html>>